

Vinicius de Melo Lima

LAVAGEM DE DINHEIRO & AÇÕES NEUTRAS

Critérios de Imputação Penal Legítima

Prefácio de Lenio Luiz Streck

Curitiba
Juruá Editora
2014

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-4894-3

JURUÁ Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
EDITORA Europa – Escritório: Av. da República, 47 – 9º Dtº – 1050-188 – Lisboa – Portugal
Loja: Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Centro Comercial
D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

L732 Lima, Vinicius de Melo.
Lavagem de dinheiro e ações neutras: critérios de
imputação penal legítima./ Vinicius de Melo Lima./
Curitiba: Juruá, 2014.
174p.

1. Lavagem de dinheiro. 2. Processo penal. I. Título.

000266

CDD 345 (22.ed.)
CDU 344.2

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 1 – INCURSÕES DOGMÁTICAS SOBRE AS AÇÕES NEUTRAS.....	19
1.1 Os Contatos Sociais e o Cenário Jurídico-Penal Hodierno.....	19
1.2 As Dimensões dos Direitos Fundamentais no Horizonte do Estado de Direito e o Dever de Proteção Estatal dos Cidadãos	23
1.3 A Neutralidade da Ação: Entre Liberdade e Responsabilidade	30
1.4 A Relevância Penal das Condutas Neutras e sua Inserção no Âmbito da Teoria Geral do Delito	34
1.5 Tipicidade Objetiva.....	35
1.5.1 Teoria da proibição do regresso (ou do retrocesso)	37
1.5.2 Teoria da adequação social.....	37
1.5.3 Teoria da adequação profissional.....	38
1.5.4 Teoria dos papéis ou do rol social.....	39
1.5.5 Princípio da confiança e a autorresponsabilidade	41
1.5.6 Solidarização com o injusto alheio	42
1.5.7 Cursos causais hipotéticos ou causalidade virtual.....	42
1.5.8 A idoneidade da proibição	43
1.6 Tipicidade Subjetiva.....	44
1.6.1 A referência de sentido delitivo	44
1.6.2 Teoria da ponderação de interesses.....	46
1.6.3 A problemática dos conhecimentos especiais do agente: punição dos pensamentos?	47
1.7 Solução da Justificação	50
1.8 A Conduta Típica de Intervenção no Delito	51
1.9 Posicionamento Pessoal	52

Capítulo 2 – A FENOMENOLOGIA DA LAVAGEM DE CAPITAIS.....	55
2.1 Delineamentos Preliminares.....	55
2.2 Mercado, Criminalidade Organizada e Direito Penal	57
2.3 Panorama Histórico-Conceitual da Lavagem	65
2.4 Fases ou Etapas	68
2.5 Tipologias.....	69
2.6 Do Bem Jurídico Tutelado.....	71
2.6.1 Notas acerca da dignidade penal e da carência de tutela	71
2.6.2 Concepções doutrinárias	76
2.6.3 Posição adotada.....	80
2.7 O Crime de Branqueamento à Luz do Conceito Dogmático de Crime – Crime de Perigo Abstrato ou Cumulativo?.....	86
2.8 Autoria e Participação: Os Problemas Decorrentes da Identificação dos Efetivos Beneficiários Econômicos	91
2.9 Ilícito Típico Subjacente e Autobranqueamento (Punível?)	95
2.10 A Comprovação da Elementar Subjetiva e a Incidência da Teoria da Ignorância Deliberada (<i>Willful Blindness</i>).....	100
Capítulo 3 – AÇÕES NEUTRAS E LAVAGEM DE CAPITAIS: ESPAÇOS DE LIBERDADE PROFISSIONAL OU INJUSTOS PUNÍVEIS?....	105
3.1 Notas Preliminares	105
3.2 Delimitação do Risco Permitido: A Violação aos Deveres Especiais pode vir a Caracterizar um Crime de Branqueamento?.....	105
3.3 Rol Social e Imputação: Os Limites à Liberdade Econômica ou Profissional em Face da Dimensão Comunitária do Indivíduo.....	109
3.4 A Função dos Advogados e a Prevenção à Lavagem de Capitais: A Problemática do Sigilo Profissional.....	111
3.5 A Expressão do Sentido Delitivo nas Ações “Neutras” e o Princípio da Unidade da Constituição: Eficiência e Garantia no Controle do Branqueamento de Capitais.....	117
Capítulo 4 – ESTUDO DE CASOS.....	121
4.1 O Agente que Participa de Negócio Jurídico Simulado, Consistente na Suposta Aquisição de um Imóvel, cujo Pagamento é Efetuado por Terceiro com Recursos Financeiros Provenientes do Tráfico de Drogas, Responde pela Prática de Crime de Branqueamento?	121
4.2 O Sistema de <i>Compliance</i> de uma Instituição Financeira Detecta Movimentações Financeiras Suspeitas por Parte de um Cliente, porém o Diretor Financeiro deixa de Comunicá-las aos Órgãos de Controle – Tal Conduta Configura Crime de Branqueamento?.....	125

4.3	É Punível a Conduta do Notário que dá Fé em Contrato de Compra e Venda de Imóvel por Preço Superior ao Efetivamente Praticado pelos Contraentes, Ciente de que Tal Estratagem tem por Escopo a Dissimulação dos Pagamentos na Corrupção?	128
4.4	Advogado Presta Serviços de Consultoria Jurídica a um Administrador de uma Sociedade Anônima para a Constituição de uma Firma com Sede num Centro <i>Off Shore</i> , sendo Posteriormente Utilizada para a Ocultação de Ativos Oriundos da Corrupção de Agentes Públicos – Cabe Afirmar que o Comportamento Profissional do Advogado Adquire Ressonância Penal?.....	129
4.5	O Recebimento de Honorários Advocatícios “Maculados” Configura Crime de Lavagem de Dinheiro?.....	131
CONCLUSÕES		139
REFERÊNCIAS		143
ÍNDICE ALFABÉTICO		161